

DIÁRIO DE CLASSE



Informativo do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba

216 | maio 2015 | Gestão "Novos Rumos" | CME

Magistério de Curitiba em luto

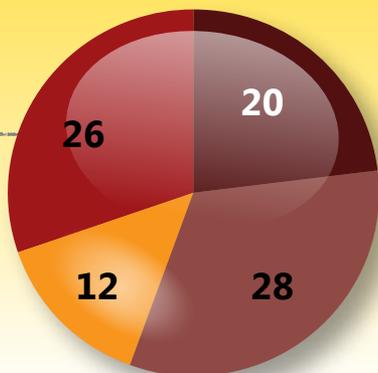


Em solidariedade aos trabalhadores da rede estadual, professoras e professores municipais se mobilizam nas escolas para registrar repúdio ao governo Beto Richa

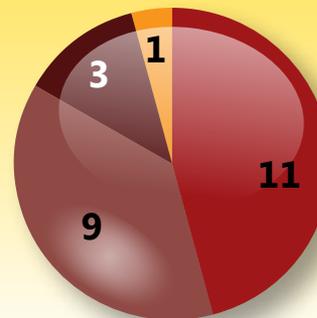
Reivindicações do magistério avançam pouco

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES:

Mais de 54% das reivindicações do magistério não foram acordadas ou negociadas



Negociações mostram que Prefeitura só cede quando professoras e professores cruzam os braços e vão às ruas pág. 4 e 5



PAUTA PRIORITÁRIA:

Maioria dos itens centrais para o magistério continua sem avanços

Itens acordados | Itens parcialmente acordados | Itens não acordados | Itens ainda não negociados

EDITORIAL



Professores da rede municipal se organizam no chão da escola em solidariedade aos servidores estaduais

Nossa luta não pode parar

Vivemos em tempos de ataques à classe trabalhadora. São tempos sombrios. O massacre que aconteceu no dia 29 de abril de 2015 contra os trabalhadores do estado do Paraná, a mando do governador Beto Richa, não será esquecido por nós.

A primeira resposta veio rápido. Com um 1º de maio classista como há muito tempo não se via. Os mega shows e sorteio de prêmios, promovidos pelas centrais sindicais que há tempos já deixaram de lutar com os trabalhadores e hoje dão as mãos para os patrões, deram lugar a um ato que reuniu milhares de trabalhadores em solidariedade àqueles que sofreram com o ataque da Polícia Militar enquanto resistiam bravamente contra a retirada de direitos. E isso é só o começo.

A nossa luta é todo dia. E esse movimento não pode parar. Vamos nos unir e nos mobilizar enquanto classe e mostrar a nossa solidariedade ativa aos servidores estaduais e em repúdio ao governo Beto Richa e ao Estado burguês, instrumento da classe dominante.

A revolta contra o que aconteceu no dia 29 de abril permeia as páginas dessa edição do Jornal Diário de Classe. Esse tom também envolve todos que lutam por uma educação pública de qualidade, pois sabemos que isso só é possível com valorização e melhores condições de trabalho.

Para além desta grande guerra, também não podemos nos esquecer das nossas batalhas locais. O prefeito Gustavo Fruet abriu as portas da Prefeitura para atender os trabalhadores feridos no massacre do Centro Cívico. E vamos forçá-lo a manter as portas abertas para o magistério municipal de Curitiba. Sob pressão dos professores, a Câmara Municipal aprovou o reajuste do magistério e a retirada da anotação das faltas na ficha funcional dos profissionais que paralisaram as atividades na greve de agosto do ano passado. Agora, cabe a Fruet sancionar o projeto de lei sem nenhum veto, mostrando que as portas abertas não são só para a mídia ver.

Nenhum direito a menos. Rumo a novas conquistas. Firme!



PRESTAÇÃO DE CONTAS

Fevereiro/2015

SALDO DO MÊS DE JANEIRO DE 2015

Saldo Bancário	71.201,05
Caixa Interno	3.326,15
Saldo Poupança	241.727,27
Fundo de Greve	348.218,20
Aplicação para compra da sede	347.000,00
TOTAL	1.011.472,67

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS DE FEVEREIRO DE 2014

Mensalidades Associados	181.859,13
Fundo Processual	356,53
TOTAL RECEITA	182.215,66

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS DE DEZEMBRO DE 2014

Informática	
Hospedagem/site	554,00
Internet/Onda	19,82
Manutenção	20,00
Aquisições	
Móveis e utensílios	805,82
Computador	2.255,00
Assessorias e Serviços	
Dieese	680,77
Honorários Advocáticos	12.592,38
Contabilidade	1.030,67
Fotocópias e autenticações	350,00
Locação copiadora	624,16
Empresa de segurança	109,58
Assinaturas	52,91
Auxílios	
Diretoria/alimentação	1.215,00
Diretoria/Transporte	948,60
Transporte/serviços	55,65
Transporte/assessoria	665,50
Correios	6.031,50
Energia Elétrica/COPEL	194,34
Encargos	15.221,67
Contribuição estatutária/CNTE	6.896,55
Sanepar	83,60
Eventos	
Alimentação para eventos	765,00
Reuniões específicas	555,85
Seminários/palestras	200,00
Coletivo dos aposentados	1.210,68
Cursos internos	365,00
Eventos CNTE	5.799,84
Campanha de lutas e mobilizações	6.745,26
Cursos externos	341,40
Trabalhadores	
Salários e auxílio transporte	25.953,13
Rescisão contratual	705,98
Assistência médica	4.805,79
Reversão salarial	131,11
Exames periódicos	40,00
Exame admissional	50,00
Plano odontológico	360,41
Seguro de vida	183,92
Jurídico	
Gastos processuais	27.112,50
Sede	
Material de consumo	366,94
Material de escritório	228,43
Manutenção e reparos	1.629,00
Aluguel/IPTU	8.257,08
Comunicação	
Jornal/cartazes/	2.968,00
Impressos	1.683,00
Diagramação/arte	1.000,00
Telefone	
GVT	399,70
TIM	1.697,00
Internet Copel	369,90
Veículos	
Combustível	535,71
Desgaste /combustível	133,75
Estacionamento	462,15
Estar	76,50
Manutenção	186,20
Seguro Gol	1.065,30
Tarifa Bancárias	78,90
Apoio a outros movimentos*	
Sindicato dos Sapateiros de Franca	2.000,00
Plenária Intersindical	2.000,00
Coletivo Outros Outubros Virão	1.000,00
Sintraserv	1.000,00
Greve Professores Estaduais do Paraná	1.383,33
TOTAL DESPESAS	153.705,54

SALDO ATUAL:	
CAIXA INTERNO	952,10
SALDO BANCÁRIO	65.255,16
SALDO POUANÇA	243.161,52
FUNDO DE GREVE	371.914,82
APLICAÇÃO PARA COMPRA DA SEDE	361.500,00
SALDO TOTAL:	1.042.783,60

* O apoio a outros movimentos faz parte da política aprovada no último Congresso do SISMMAC. A contribuição mensal de 6,2%, que antes era destinada à CUT, passou a ser utilizada como apoio financeiro para movimentos que atuam de acordo com os princípios da organização por local de trabalho, formação política, autonomia em relação a partidos políticos e independência frente a patrões e governos.

Tabela de Vencimentos do Magistério de Curitiba - Abri/2015 (reajuste de 7,68%)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Parte Especial	100	1.146,68	1.178,79	1.211,80	1.245,73	1.280,61	1.316,47	1.353,33	1.391,22	1.430,17
	101	1.470,22	1.511,38	1.553,70	1.597,21	1.641,93	1.687,90	1.735,16	1.783,75	1.833,69
	102	1.885,04	1.937,82	1.992,08	2.047,86	2.105,20	2.164,14	2.224,74	2.287,03	2.351,07
Parte Permanente - Graduação	103	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	104	0,00	1.738,08	1.786,75	1.836,78	1.888,21	1.941,08	1.995,43	2.051,30	2.108,74
	105	2.167,78	2.228,48	2.290,88	2.355,02	2.420,96	2.488,75	2.558,44	2.630,07	2.703,71
	106	2.779,42	2.857,24	2.937,24	3.019,49	3.104,03	3.190,95	3.280,29	3.372,14	3.466,56
	107-PI	3.563,62	3.663,41	3.765,98	3.871,43	3.979,83	4.091,26	4.205,82	4.323,58	4.444,64
	108-PI	4.569,09	4.697,03	4.828,54	4.963,74	5.102,73	5.245,60	5.392,48	5.543,47	5.698,69
Parte Permanente - Especialização	107	1.516,48	1.558,94	1.602,59	1.647,46	1.693,59	1.741,01	1.789,76	1.839,87	1.891,39
	108	1.944,35	1.998,79	2.054,76	2.112,29	2.171,44	2.232,24	2.294,74	2.358,99	2.425,04
	109	2.492,94	2.562,75	2.634,50	2.708,27	2.784,10	2.862,06	2.942,19	3.024,57	3.109,26
	110	3.196,32	3.285,82	3.377,82	3.472,40	3.569,63	3.669,58	3.772,33	3.877,95	3.986,53
	111-PII	4.098,16	4.212,90	4.330,87	4.452,13	4.576,79	4.704,94	4.836,68	4.972,11	5.111,32
	112-PII	5.254,44	5.401,57	5.552,81	5.708,29	5.868,12	6.032,43	6.201,34	6.374,97	6.553,47
Parte Permanente - Mestrado	111	1.743,95	1.792,78	1.842,98	1.894,59	1.947,63	2.002,17	2.058,23	2.115,86	2.175,10
	112	2.236,01	2.298,61	2.362,97	2.429,14	2.497,15	2.567,07	2.638,95	2.712,84	2.788,80
	113	2.866,89	2.947,16	3.029,68	3.114,51	3.201,72	3.291,37	3.383,53	3.478,26	3.575,66
	114	3.675,77	3.778,70	3.884,50	3.993,27	4.105,08	4.220,02	4.338,18	4.459,65	4.584,52
	115-PIII	4.712,89	4.844,85	4.980,50	5.119,96	5.263,31	5.410,69	5.562,19	5.717,93	5.878,03
116-PIII	6.042,62	6.211,81	6.385,74	6.564,54	6.748,35	6.937,30	7.131,54	7.331,23	7.536,50	
Parte Permanente - Doutorado	500	2.005,55	2.061,71	2.119,43	2.178,78	2.239,78	2.302,50	2.366,97	2.433,24	2.501,37
	501	2.571,41	2.643,41	2.717,43	2.793,52	2.871,73	2.952,14	3.034,80	3.119,78	3.207,13
	502	3.296,93	3.389,24	3.484,14	3.581,70	3.681,99	3.785,08	3.891,06	4.000,01	4.112,01
	503	4.227,15	4.345,51	4.467,19	4.592,27	4.720,85	4.853,03	4.988,92	5.128,61	5.272,21
	504	5.419,83	5.571,59	5.727,59	5.887,96	6.052,83	6.222,31	6.396,53	6.575,63	6.759,75
	505	6.949,02	7.143,60	7.343,62	7.549,24	7.760,62	7.977,91	8.201,30	8.430,93	8.667,00

EXPEDIENTE

SINDICATO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE CURITIBA Rua Nunes Machado, 1577, Rebouças - Curitiba/PR, CEP. 80.220-070 Fone/Fax: (41) 3225-6729 | Gestão "Novos Rumos" (2014-2017) www.sismmac.org.br | Direção liberada: Adriano Vieira, Andressa Fochesatto, Gabriel Conte, Raquel Soares, Siomara Kulicheski, Viviane Bastos Pampu, Wagner Argenton, Wagner Batista.

Direção que permanece nas escolas: Carine Costa, Danielle Kristine Menezes Faria, Dulce Chaves, Francielli Costa, Gabriela Dallago, Geny Maria Dallago, João Antonio Rufato, Julia Bueno, Luana Crestani, Luiz Jose Vernizi, Karla Ferri, Marco Antonio Barbosa Mafra, Mariana Navarro, Pedro de Alcântara, Rafael Alencar Furtado, Rosana Almeida, Rosane Lísian Vasconcellos, Samara da Rosa Costa, Suyan Ayala, Vanessa Schivinski Mamoré.

Equipe de Comunicação: Thaíse Mendonça (DRT 8696/PR); Dalane Santos (DRT 10051/PR) e Giovanna Jambersi
Projeto gráfico, ilustração e diagramação: Ctrl S Comunicação | Simon Taylor (www.ctrlscomunicacao.com.br)

PLANO DE CARREIRA

O Plano de Carreira é fruto da nossa pressão

Prazo de adesão ao novo Plano de Carreira, que foi conquistado através de luta, termina no início de junho

Demorou, mas finalmente o simulador do novo Plano de Carreira foi disponibilizado no site do RH 24 horas com as correções exigidas pelo magistério. **Confira atentamente sua simulação até o dia 5 de junho.**

Caso tenha alguma dúvida ou divergência em relação à simulação, clique no link "dúvidas sobre a demonstração" e preencha o formulário disponibilizado no site do RH 24 horas. A Prefeitura

se comprometeu a responder e corrigir erros nas simulações ainda nessa etapa. Se a solicitação não for atendida, faça a adesão e entre com recurso posteriormente. **O prazo para recurso vai do dia 20 de julho a 14 de agosto.**

Vamos continuar unidos e mobilizados durante todo o processo de implantação do novo Plano de Carreira para impedir que a Prefeitura descumpra os prazos ou apresente novas ameaças de distorções!



Nossas conquistas são do tamanho da nossa luta!

Foi por pressão da categoria, e não por bondade da administração municipal, que conquistamos os principais avanços: enquadramento por tempo de serviço, avanço linear anual de 2,1% e avanço vertical automático.

Não podemos nos esquecer que a Prefeitura enrolou durante todo o ano de 2013 e só apresentou uma proposta por escrito após a aprovação de um indicativo de greve. Essa primeira proposta garantia alguns avanços, mas propunha a retirada dos quinquênios e enquadramento por salário similar.

A pressão da categoria fez a Prefeitura recuar na tentativa de retirada dos quinquênios e no enquadramento por salário similar já em fevereiro. Com a greve do dia 17 de março arrancamos também o compromisso de considerar a integralidade do tempo de serviço no

enquadramento e de incluir os aposentados no novo Plano de Carreira.

Após a greve, a Prefeitura voltou a descumprir sua palavra e parcelou em 24 meses a implantação do Plano de Carreira que havia sido prometida para julho de 2014. Com a greve dos dias 11 e 12 de agosto, não alcançamos a implantação imediata, mas foi a partir desse movimento que conquistamos a definição de datas específicas para o pagamento de cada etapa, que é o que garante juridicamente o pagamento retroativo em caso de atraso.

Os atrasos e descumprimentos cometidos pela Prefeitura já no início deste ano demonstram a importância da greve de agosto e reforçam a necessidade de mantermos o clima de alerta e de cobrança durante toda a implantação do novo Plano de Carreira!

De olho na implantação

Veja os casos especiais que devem ser verificados pelas professoras e professores no momento da adesão

ESTÁGIO PROBATÓRIO

► As professoras e professores em estágio probatório não receberão a referência da primeira etapa na mesma data que os demais servidores. Essa referência será paga até 60 dias após o fim do estágio probatório para todos que concluírem esse período de avaliação até o dia 30 de setembro de 2016.

Quem completar três anos de efetivo exercício após essa data não receberá a referência e será enquadrado de acordo com o tempo de serviço na nova tabela salarial.

MAIS DE 25 ANOS

► Quem tem mais de 25 anos de tempo de serviço também deve ficar atento. Se na simulação você não for enquadrado na referência XXV (teto da nova tabela), entre com um pedido de recurso.

A comissão responsável pelos recursos, que conta com a participação dos representantes do magistério, analisará caso a caso na tentativa de evitar perdas aos trabalhadores com mais tempo de rede.

LICENÇA SEM VENCIMENTO

► Todos os profissionais que tiveram licença sem vencimento deverão entrar com recurso. A comissão representante do magistério pleiteou que os profissionais que tiveram interrupção do tempo de serviço para tratar de assuntos particulares entrem com recurso para evitar dupla penalidade.

TEMPO DESCONTÍNUO

► Os servidores que, em algum momento, interromperam seu exercício funcional (exoneração, licença para tratar de interesses particulares, cessão sem ônus para órgãos estranhos ao município, dentre outros) também são um dos casos especiais. Se esse tempo não for incluído nas "Informações Iniciais para Enquadramento", assine o formulário "Tempo de Serviço Descontínuo".

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Grande parte da PAUTA DE REIVINDICAÇÕES do magistério não foi acordada com a administração municipal

Negociações da Campanha de Lutas 2015 mostram que Prefeitura só negocia sob pressão, com professor na rua

As negociações da Pauta de Reivindicações do magistério avançaram pouco. Durante o mês de abril, a direção do SISMMAC se reuniu com a administração municipal para negociar as reivindicações da categoria. As discussões ocorreram simultaneamente ao debate sobre o simulador de enquadramento e sobre a reformulação do novo decreto que regulamenta o Plano de Carreira do magistério. Ainda faltam alguns itens, pertinentes à Secretaria Municipal de Recursos Humanos (SMRH), a serem debatidos, mas já é possível fazer uma avaliação das negociações.

Os números que apresentamos nesta edição do *Jornal Diário de Classe* mostram que a Educação não é prioridade da gestão Gustavo Fruet. Com a nossa luta, garantimos o Plano de Carreira do magistério, com enquadramento por tempo de serviço e considerando a trajetória individual de cada servidor na carreira. Diferentemente do que o prefeito tem anunciado nos meios de comunicação e nos materiais que divulga para a população, o Plano de Carreira não é um presente desta gestão, ele é fruto da nossa luta, das duas greves que realizamos em 2014 e do nosso indicativo de greve no início deste ano.

Ao implantar o novo Plano de Carreira do magistério, Fruet tenta se fazer de 'moço'. Entretanto, nossos

olhos precisam estar bem abertos. Ao mesmo tempo em que conquistamos essa importante vitória, a atual administração municipal tem precarizado nossas condições de trabalho.

Dos poucos itens que foram acordados com a Prefeitura, nenhum diz respeito à melhoria das unidades escolares, como contratação de novos professores e redução de alunos por turma. Pouco também se negociou em relação à estrutura das unidades escolares.

Com isso, a Prefeitura 'dá com uma mão para tirar com a outra. Os salários das professoras e professores da rede de fato subirão em 1º de dezembro de 2016, com a transição para a nova tabela. Porém, se as condições de trabalho continuarem como estão, o número de afastamentos e adocimentos na rede municipal de ensino certamente também aumentarão.

Sendo assim, nossa luta precisa continuar no chão da escola. A pressão e a mobilização dos trabalhadores são nossos principais instrumentos contra os ataques e imposições da Prefeitura. O Plano de Carreira está em vias de se tornar concreto para o conjunto do magistério e ainda vamos reivindicar que os prazos de implantação sejam antecipados. Além disso, precisamos de mais professores, menos alunos por turma, mais estrutura e, no geral, mais investimento para a educação pública. Por isso, a nossa luta é todo dia!



● Mesas de negociação não avançam em melhores condições de trabalho para professoras e professores da rede



NEGOCIAÇÕES: números mostram que Prefeitura não trata Educação como prioridade

Para estas negociações, a direção do SISMMAC estabeleceu uma metodologia que classifica os itens em acordado, parcialmente acordado e não acordado. Para os itens que ainda não foram negociados com a administração municipal, a classificação não negociado foi utilizada. Além disso, no dia 29 de abril, o SISMMAC enviou um ofício à Secretaria Municipal de Recursos Humanos (SMRH) cobrando uma reunião para debater os itens da Pauta que ainda não foram discutidos.

Como mostra o gráfico ao lado, poucos itens foram plenamente acordados entre magistério e Prefeitura. De um universo de 86 reivindicações, apenas 12 foram contempladas.

Entretanto, dos 24 itens que compõem a Pauta Prioritária do magistério, apenas um foi acordado. Desse 24, 11 ainda não foram negociados, nove não foram acordados e três foram parcialmente acordados.

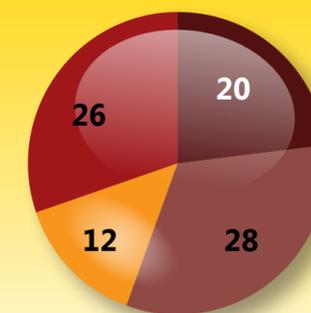
As reivindicações referentes à saúde e à previdência das professoras e professores da rede também não foram atendidas pela administração.

Isso mostra que a administração municipal só negocia efetivamente com o magistério quando as professoras e professores da rede estão na rua, unidos e mobilizados pressionando a Prefeitura a atender as reivindicações do conjunto da categoria.

O prefeito Gustavo Fruet está no terceiro ano de mandato. Em três anos à frente da administração municipal, não concedeu aumento real ao magistério e não melhorou substancialmente as condições de trabalho das professoras e professores da rede.

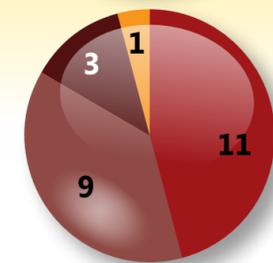
Precisamos ter isso em mente toda vez que uma nova propaganda das "boas ações" da Prefeitura surgir. E lembrar que, na verdade, não foi bem assim.

Ao longo de 2015, nos manteremos firmes e mobilizados por melhores condições de trabalho!



PAUTA DE REIVINDICAÇÕES:

Mais de 54% das reivindicações do magistério não foram acordadas ou negociadas



PAUTA PRIORITÁRIA:

Maioria dos itens centrais para o magistério continua sem avanços

- itens acordados
- itens parcialmente acordados
- itens não acordados
- itens ainda não negociados

Reajuste de 7,68% e retirada das faltas da greve de agosto são aprovadas na Câmara

Pressão da categoria junto aos vereadores garantiu que projeto de lei fosse aprovado em segundo turno

O projeto de lei que repõe a inflação dos servidores do município foi aprovado nos dias 28 e 29 de abril, em primeiro e segundo turno. No primeiro dia de votação, as entidades representantes dos trabalhadores do município pleitearam emendas que retiram a anotação de falta de greve dos servidores municipais. A emenda foi aprovada pelos vereadores no dia 28.

Entretanto, na votação em segundo turno, no dia 29, os vereadores ameaçaram recuar na decisão e foi a pressão das professoras e professores da rede, que se deslocaram da etapa preparatória da Conferência Municipal de Educação, que garantiu a aprovação do texto com a emenda que retira a anotação da ficha funcional.

Agora, o pagamento do nosso reajuste está nas mãos do prefeito Gustavo Fruet. Ele tem até 15 dias úteis para sancionar o projeto de lei e ainda pode vetar a parte do texto que abona as faltas da greve de agosto de 2014.

Por isso, precisamos pressionar Fruet a sancionar o projeto o mais rápido possível, sem nenhum veto, e garantir que a Secretaria Municipal de Recursos Humanos faça o pagamento em folha suplementar, de acordo com compromisso firmado em mesa de negociação.



INFORME-SE

Implantação do Plano de Carreira terá os mesmos prazos para aposentados e ativos

Pressão faz administração reconhecer que os direitos dos aposentados e pensionistas já estão assegurados por lei

A presença de mais de 80 professoras e professores aposentados na reunião com o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Curitiba (IPMC) do dia 23 de abril fez a administração municipal reconhecer que os direitos dos aposentados e pensionistas já estão assegurados na legislação que regulamenta o novo Plano de Carreira.

Portanto, as mesmas regras definidas para os servidores da ativa devem ser estendidas para aposentados e pensionistas com isonomia e paridade. Isso significa que o IPMC deve cumprir o calendário de implantação previsto em Lei, com garantia de pagamento retroativo em caso de atraso.

Frente a isso, a única data que deve ser diferente para quem está fora da sala de aula será o prazo final para entrar com o pedido de revisão dos proventos. O IPMC vai publicar uma orientação normativa determinando qual será o prazo para protocolar esse requerimento. Temos que continuar atentos e mobili-



● Aposentadas pressionam administração municipal para cumprir prazos da implantação do Plano de Carreira

zados para exigir que essa normativa seja publicada o quanto antes!

Para contribuir com o clima de pressão, protocole desde já o pedido de revisão dos seus proventos junto ao IPMC. A assessoria

jurídica do SISMMAC elaborou um modelo, para ser usado como base para os requerimentos individuais. O modelo de solicitação está disponível no site do SISMMAC.

EDUCAÇÃO FÍSICA

Mobilização faz Prefeitura recuar no cancelamento dos jogos esportivos

Discussão sobre o caráter dos encontros regionais deverá ser feita em conjunto com o magistério

Após mobilização de dezenas de professoras e professores, a administração municipal informou que os jogos esportivos regionais serão mantidos. O recuo é fruto da pressão

feita pela categoria contra o cancelamento dos jogos e em defesa do papel pedagógico desempenhado por esses encontros.

A Prefeitura também comunicou, junto com a confirmação sobre a manutenção dos jogos, que os ônibus para o transporte das crianças durante os eventos regionais, que serão realizados em setembro, já estão reservados. A mobilização das professoras e professores de Educação Física também iniciou a discussão sobre a construção de um projeto que descreverá o papel pedagógico dos jogos e que servirá de documento norteador para a organização dos próximos eventos a partir dos núcleos regionais.

A força do magistério conseguiu vencer o autoritarismo da administração municipal, que a princípio apenas informou a imposição do cancelamento dos jogos aos professores. Foi a pressão da categoria que fez com que a Secretaria Municipal de Educação recuasse na proposta de trocar os jogos regionais por atividades esportivas no interior de cada escola. A discussão sobre as mudanças no formato do evento deverão ser feitas com ampla participação do magistério, mas com a garantia que os jogos desse ano serão mantidos como atividades externas de integração entre os alunos das escolas da regional.

Mesmo após essa conquista, as professoras e professores de Educação Física devem voltar a se reunir na sede do SISMMAC para avaliar os próximos passos da luta, depois que a Prefeitura enviar o projeto que norteará a organização dos encontros regionais. Acompanhe novas informações pelo site do Sindicato.



● Professoras e professores de Educação Física mobilizados contra o cancelamento dos jogos regionais

ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA

Governo do Paraná massacra servidores estaduais

Ação truculenta aconteceu enquanto Alep aprovava mudanças na previdência

O dia 29 de abril de 2015 vai ficar marcado na memória dos trabalhadores do Paraná. Após o governador Beto Richa (PSDB) e a Polícia Militar montarem um campo de batalha no Centro Cívico com centenas de feridos e muitas bombas de efeito moral, gás lacrimogênio e spray de pimenta, os deputados aprovaram a mudança da previdência dos servidores estaduais.

Os trabalhadores mobilizados já tinham barrado o projeto em fevereiro quando ocuparam duas vezes a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) e a maior parte do serviço público do estado estava em greve. O projeto de lei que foi aprovado permite que o governo utilize R\$ 8 milhões da ParanáPrevidência para pagar suas próprias contas. Ou seja, o recurso que deveria

ser utilizado apenas para custear as aposentadorias, vai ser usado para cobrir os erros do governo e suas prioridades invertidas.

Para garantir a aprovação desse ataque imposto pelo governador Beto Richa com o aval da maioria dos deputados, o governo convocou também policiais do interior para impedir que os trabalhadores se aproximassem da Assembleia. O braço armado do Estado jogou diversas bombas incessantemente sobre os servidores por mais de

duas horas. O gás foi lançado até de um helicóptero que rodeava a Alep durante todo o dia.

Algumas professoras e professores do magistério municipal também participaram do ato por serem professores da rede estadual e por solidariedade de classe aos servidores. O SISMMAC reafirma seu apoio aos trabalhadores mobilizados e repudia a violência utilizada contra os que lutam. Não vão nos intimidar ou calar com repressão policial! A nossa luta é todo dia!



● Repressão da Polícia Militar aos servidores em luta deixou mais de 200 trabalhadores feridos

lvoalido Alexandre/Gazeta do Povo

GIRO PELA EDUCAÇÃO

Professores de São Paulo seguem na greve

Trabalhadores lutam por melhores condições de trabalho e direitos para os temporários

Os professores de São Paulo continuam em greve há mais de 50 dias por melhores condições de trabalho e maiores salários. As pautas são diversas, desde a luta contra o corte de verbas imposto pelo governo de Geraldo Alckmin (PSDB) até o fechamento de 3.330 salas de aula. As professoras e professores da rede estadual enfrentam inúmeros problemas, como a falta de professores, de estrutura e, até mesmo, de água nas escolas. A categoria reivindica reajuste de 75,33% e limite máximo de 25 alunos por sala.

Com a indiferença do governo à greve dos professores, os trabalhadores estão fazendo diversos atos para mostrar a força da categoria e a necessidade de negociação

efetiva por parte da administração estadual. Pelo menos, duas rodovias foram fechadas pelos professores no interior do estado de São Paulo e também houve manifestação no saguão do aeroporto de Guarulhos.

Além dos atos, os professores decidiram ocupar a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) por 24 horas no dia 15 de abril com o intuito de pressionar os deputados a agilizarem a negociação de suas pautas. Entre elas, também existe a exigência de que os professores temporários (a chamada "Categoria O") tenham acesso ao plano de saúde no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe) e a diminuição do prazo da "duzentena" de 200

para 40 dias. Esse é o prazo que estes servidores precisam aguardar ao fim de um período trabalhado para serem contratados novamente, para não configurar vínculo empregatí-

cio. O governo paulista segue intransigente na negociação das pautas gerais, mas aponta que as reivindicações relativas a "Categoria O" poderão ser avaliadas e cumpridas.



Inácio Teixeira /coperphoto/APEOSP

● Há mais de 50 dias em greve, professores de São Paulo ainda não tiveram propostas concretas do governo do estado

DIA DO TRABALHADOR

Luta e indignação retomam verdadeiro sentido do 1º de maio

Manifestação contra a repressão policial e contra a retirada de direitos marcou a data

Na versão do PL da Terceirização aprovado na Câmara dos Deputados, o serviço público e as empresas estatais estão fora dos ramos em que a terceirização das atividades-fim seria completamente liberada. Entretanto, essa conquista pode durar pouco. Segundo o jornal Valor Econômico, a presidente Dilma já começou a mobilizar a base de apoio do governo no Senado para reincluir as estatais no projeto.

Em seu lugar, uma passeata convocada às pressas, em solidariedade aos servidores agredidos, encheu as ruas de Curitiba. A manifestação reuniu estudantes, professores de diversas redes de ensino e trabalhadores de outras categorias, resgatando o verdadeiro caráter classista e combativo do dia 1º de maio. Com essa passeata, mostramos que a violência e a retirada de direitos contra uma categoria afetam o conjunto da classe trabalhadora e por isso devem ser enfrentadas de forma unitária.

A repressão imposta por Beto Richa tem muito em comum com o massacre que há quase 130 anos deu origem ao Dia Internacional do Trabalhador. No dia 1º de maio de 1886, a polícia de Chicago (EUA)



fotos: Giovanna Jambersi

● Ato do dia 1º de maio, em solidariedade aos servidores estaduais, reuniu cerca de 10 mil pessoas em Curitiba



feriu e matou centenas de trabalhadores que lutavam pela redução da jornada de trabalho de 12h para 8h diárias. Além das mais de 100 mortes provocadas durante a repressão, oito líderes sindicais foram presos e enforcados por organizarem a greve geral daquele ano.

O triste episódio do dia 29 de abril e a greve geral que deu origem ao 1º de maio nos deixam importantes lições sobre como enfrentar os ataques. A greve é um dos mais importantes instrumentos de luta dos trabalhadores. Foi através de greves gerais que conquistamos a redução da jornada de trabalho de 12h para 8h e vários dos direitos assegurados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Nossa história prova a força que temos, enquanto classe trabalhadora, quando superamos as barreiras que nos dividem em categorias profissionais e lutamos unidos contra patrões e governo!

UNIR E ORGANIZAR TODOS OS TRABALHADORES PARA DERROTAR OS ATAQUES

Junto com as iniciativas de Richa para colocar as mãos no dinheiro da previdência dos servidores estaduais, há outros ataques que atingem em cheio o direito dos trabalhadores.

As **medidas provisórias 664 e 665**, editadas pela presidente Dilma Roussef no dia 30 de dezembro, reduzem direitos previdenciários, como o seguro-desemprego e o auxílio-doença. O **projeto de lei 4330/2004**, aprovado na Câmara dos Deputados, libera a terceirização em toda e qualquer atividade, incluindo também as atividades-fim.

Esses ataques são respostas dos governos e do congresso à pressão dos grandes empresários, que querem jogar sobre os trabalhadores a conta da crise que eles mesmos produziram. Por um lado, exigem que o estado libere a terceirização para ampliar a exploração sobre a classe trabalhadora e aumentar seus lucros. Por outro, cobram corte de direitos e a redução de investimentos em áreas sociais. Querem, com isso, que os governos, que se endividaram nos últimos anos por causa dos volumosos incentivos e isenções fiscais concedidos aos empresários, recuperem, a qualquer custo, sua capacidade de continuar investindo em projetos que ampliem os lucros dos patrões.

É por isso que a nossa resposta a todos esses ataques deve ser a união dos trabalhadores em uma grande greve geral que enfrente o empresariado, o congresso nacional e os governos Dilma Roussef (PT) e Beto Richa (PSDB)!

GREVE GERAL CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO

Ameaça de terceirização também avança no setor público

Na versão do PL da Terceirização aprovado na Câmara dos Deputados, o serviço público e as empresas estatais estão fora dos ramos em que a terceirização das atividades-fim seria completamente liberada. Entretanto, essa conquista pode durar pouco. Segundo o jornal Valor Econômico, a presidente Dilma já começou a mobilizar a base de apoio do governo no Senado para reincluir as estatais no projeto.

Além dessa movimentação, o Supremo Tribunal Federal julgou uma ação que estava engavetada há quase 10 anos e decidiu que a administração pública pode repassar a gestão de escolas, universidades, hospitais e de empresas estatais para entidades privadas conhecidas como 'organizações sociais'.

Essas duas ações deixam claro que o recuo dos deputados na Câmara era na

verdade uma estratégia para desmobilizar parte importante da classe trabalhadora e enfraquecer a luta contra a terceirização. Para impedir que a terceirização avance ainda mais, é preciso derrotar essa estratégia desde o início e unir todos os trabalhadores na luta contra o PL 4330!

TODOS CONTRA O PL DA TERCEIRIZAÇÃO!